

Mesa discute hoje caso IPC

Congresso

Deputados divergem sobre suspensão do mandato de Faria

BRASÍLIA — A suspensão ou não do mandato do deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), acusado de ter cometido desfalque no Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), deverá ser motivo de muita divergência na reunião da Mesa da Câmara dos Deputados, marcada para a manhã de hoje. O presidente, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), acha que a Mesa não tem poder para suspender o mandato de Faria, mas o 1º vice-presidente, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), defende o afastamento do parlamentar de suas funções, até que a investigação do desfalque seja concluída.

Paes de Andrade disse que, após estudar o regimento interno da Câmara e a Constituição, não encontrou "mecanismos legais para que seja efetuada a suspensão do mandato do deputado Gustavo de Faria". Na interpretação de Inocêncio, se a Constituição permite que a Câmara casse mandato de deputado, está subentendido que pode adotar uma punição menor, como é o caso da suspensão de mandato.



Gustavo de Faria

O relatório elaborado pelo IPC será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que dará parecer sobre as acusações e a eventual punição do deputado Gustavo de Faria. Paes de Andrade defende a concessão de prazo de 15 sessões para que Comissão de Justiça emita o parecer, que em seguida seria analisado por uma comissão interpartidária. Concluído o exame do caso pelas duas comissões, Gustavo de Faria teria um prazo para se defender das acusações que lhe fossem feitas.

Recesso — Se a proposta do deputado Paes de Andrade for acolhida pela Mesa da Câmara, a decisão ficará para o segundo semestre porque o Congresso ficará em recesso durante o mês de julho. O deputado Inocêncio de Oliveira quer que o caso seja resolvido ainda neste semestre, com a suspensão do mandato de Faria a partir de hoje e, em seguida, início do exame do relatório do IPC pela Comissão de Justiça. Com isso, haveria tempo para que o plenário da Câmara decidesse sobre a cassação antes de 1º de julho.

As propostas de Paes de Andrade e Inocêncio de Oliveira serão postas em votação hoje, na reunião da Mesa. São seis votos, mais o de Paes, que só deverá votar em caso de empate. Inocêncio adiantou que se sua proposta for rejeitada, não assinará o documento de encaminhamento do processo à Comissão de Constituição e Justiça.

O deputado Inocêncio de Oliveira disse que o mandado de segurança apresentado pelo deputado cassado Felipe Cheidde (PMDB-SP) ao Supremo Tribunal Federal é mentiroso, pois ele não apresentou atestado nem pediu licença para justificar 62 faltas às sessões deste ano.